

De guardião da democracia a inimigo da liberdade do povo: imagem pública do Tribunal Superior Eleitoral nas notícias do site Terça Livre

[From guardian of democracy to enemy of people's freedom: public image of the Superior Electoral Court in the news of "Terça Livre" website]

REVISTA
com política

revista compolítica
2022, 12(3)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2022.12.574

Laís Cristine Ferreira Cardoso

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
[Federal University of Pernambuco]

Heitor Costa Lima da Rocha

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
[Federal University of Pernambuco]

Resumo

O presente artigo analisa a imagem pública do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) elaborada nas matérias sobre o voto impresso veiculadas pelo site Terça Livre, que se intitulava como jornalismo conservador. Para tal, empreende discussões teóricas sobre mídia e política, a partir de autores como Miguel (2008), Souza (1988), Lycarião, Magalhães e Albuquerque (2018), entre outros; e sobre imagem pública na mídia, sob a ótica de estudos de Noleto Filho (2014), Gomes (2004) e Weber (2009). Com aporte da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) numa perspectiva qualitativa, a investigação identificou a construção de uma imagem pública de caráter negativo do TSE, em 2021. Engendrada pelo Terça Livre, por vezes usando estratégias de desinformação, caracterizava o tribunal como uma instituição considerada ineficiente, inimiga da democracia e contrária à liberdade de voto da população.

Palavras-chave: mídia; crise política; poder judiciário; voto impresso.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the public image of the Brazilian Superior Electoral Court (TSE) elaborated in the articles about printed paper votes published by the website "Terça Livre", which is entitled as a conservative journalism. In this regard, it has undertaken theoretical discussions on media and politics, from authors such as Miguel (2008), Souza (1988), Lycarião, Magalhães and Albuquerque (2018), among others; and on public image in the media, from the perspective of studies by Noleto Filho (2014), Gomes (2004) and Weber (2009). Using as method a qualitative perspective based on Bardin's ideas (2011), the investigation identified that the public TSE image engendered in the coverage by the website Terça Livre contains a negative character, sometimes using disinformation strategies, characterizing the court as an institution considered inefficient, enemy of democracy and contrary to the freedom to vote of the population

Keywords: media; political crisis; judiciary; printed paper vote.

De guardião da democracia a inimigo da liberdade do povo: imagem pública do Tribunal Superior Eleitoral nas notícias do site Terça Livre

Laís Cristine Ferreira CARDOSO
Heitor Costa Lima da ROCHA

O Brasil vive uma crise política que se agrava desde o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, e ganhou novos capítulos nos anos seguintes, incluindo a chegada de Jair Bolsonaro ao mais alto cargo do poder Executivo. Desde as eleições de 2018, diversas são as declarações públicas – em entrevistas e em redes sociais - do ex-presidente em favor do voto impresso. Tal temática, aliada à tentativa de desacreditização do sistema eleitoral brasileiro, tornou-se ainda mais presente em suas declarações em 2021, evidenciando-se como ponto mais significativo para análise da crise política naquele ano, acarretando desconfiância nas instituições democráticas.

A pauta do voto impresso fragilizou as relações do Poder Executivo com o Legislativo e o Judiciário, confrontando, especialmente, o presidente Bolsonaro e o Tribunal Superior Eleitoral-TSE. A efervescência midiática em torno deste último fez com que sua imagem pública ficasse em evidência. Neste contexto, a presente pesquisa se debruça sobre a imagem pública do TSE a fim de perceber como ela está sendo construída discursivamente pela mídia conservadora no bojo da discussão acerca do voto impresso. Para isso, escolhemos um dos principais veículos fora do *mainstream* e que ganhou espaço e visibilidade no contexto de polarização que tomou conta da política brasileira: o site Terça Livre, que se apresentava como jornalismo de perfil conservador.

No cenário da controvérsia mantida pelo presidente sobre o voto impresso, o TSE passou a figurar como um dos principais atores políticos no debate público. A pauta tem sido focada no questionamento da confiabilidade das urnas eletrônicas devido às declarações do ex-presidente da República alegando fraudes nas eleições presidenciais de 2014 e 2018. O tema ganhou mais espaço e relevância devido ao aumento da frequência de tais declarações no fim de 2020, ganhando corpo ao longo de 2021 com a votação, na Câmara do Deputados, da Proposta de Emenda Constitucional 135/2019¹, que tornava obrigatória a “expedição de cédulas físicas, conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas em urnas indevassáveis, para fins de auditoria”.

¹ Disponível em: <https://camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292> Acesso em 31 jul 2021.

O voto impresso foi abordado por Bolsonaro em transmissão em tempo real² no dia 29 de julho de 2021, anunciada como ocasião em que mostraria provas das fraudes nas urnas eletrônicas. Entretanto, se limitou a atacar o ministro Luis Roberto Barros, à época presidente do TSE, e afirmou ter apenas indícios de fraudes nas eleições, a partir de vídeos e notícias inverídicas que circulam na internet e em aplicativos de mensagens e que já foram diversas vezes desmentidas por órgãos oficiais. Embora o TSE tenha usado imediatamente sua conta no Twitter para rebater as acusações de Bolsonaro ainda durante a transmissão, o presidente continuou a repetir declarações sobre as supostas fraudes para defender o voto impresso em eventos públicos nos dias subsequentes.

Devido a esses reiterados posicionamentos, o TSE, em 02 de agosto de 2021, aprovou, por unanimidade, duas medidas contra o presidente Bolsonaro em razão de suas declarações infundadas de fraude nas eleições: abertura de inquérito administrativo, proposto pela Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, para apurar se, ao promover ataques sem provas à Justiça Eleitoral, o presidente praticou abuso de poder econômico e político e diversos outros crimes contra o sistema eletrônico de votação e à legitimidade das eleições 2022; e envio de notícia-crime ao Supremo Tribunal Federal - STF para que Bolsonaro seja incluído como investigado no inquérito das *fake news*³. Vale ressaltar que, na mesma data, ex-presidentes do TSE posteriores à Constituição Federal de 1988, inclusive o presidente e vice-presidente do órgão em 2021, assinaram nota conjunta em defesa das urnas eletrônicas e do sistema eleitoral brasileiro. Na mesma semana, o presidente do Supremo, Luiz Fux, cancelou reunião entre os chefes dos três poderes e rebateu as críticas feitas por Bolsonaro.

Três dias após o TSE tomar as medidas para investigação do Presidente da República, componentes da comissão especial de avaliação da PEC do voto impresso, como ficou conhecida, rejeitaram o parecer do relator Felipe Barros por 23 votos a 11, derrotando a proposta na Câmara. Entretanto, em 10 de agosto, a pauta foi levada ao plenário pelo presidente da casa, Arthur Lira, e foi derrotada novamente por 229 votos a favor e 218 contra⁴.

Toda essa movimentação acerca do voto impresso, bem como as ações e respostas envolvendo o governo Bolsonaro, seus aliados e a Justiça Eleitoral, foram amplamente divulgadas nos veículos de comunicação, com cada movimento de cena que compôs essa “novela” ganhando destaque, sobretudo,

² O ex-presidente realizava transmissões ao vivo, toda quinta-feira, nas redes sociais. Na última quinta-feira de julho de 2021, utilizou essa transmissão para falar mais uma vez em defesa do voto impresso.

³ Investigação, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que apura a existência de organização criminosa de propagação de notícias falsas.

⁴ Para que a pauta avançasse no congresso nacional, eram necessários 308 votos favoráveis dos 513 deputados.

nos sites fora do *mainstream* e que seguem perfil editorial alinhado às ideias de direita e extrema-direita. Essas páginas, em sua maioria, colocam-se como fontes de informação alternativa à mídia considerada tradicional, são acusadas de recorrerem a estratégia de desinformação e tem seus conteúdos disseminados em grupos de trocas de mensagem e em perfis nas redes sociais da base bolsonarista (SANTINI *et al.*, 2021; RECUERO *et al.*, 2020; MELLO, 2020), além de serem utilizados e terem seus discursos legitimados por políticos aliados ao governo e pelo próprio presidente Bolsonaro (CARDOSO; ROCHA, 2022). Assim, ganham destaque e são alçados à categoria de veículos com credibilidade diante da audiência da extrema-direita, ao passo que elaboram narrativas de apoio às pautas defendidas por partidos dito conservadores.

Diante da crise política agravada pela temática do voto impresso, da constante presença do tema nesses meios de comunicação, e, conseqüentemente, a massiva exposição dos atores políticos envolvidos, e levando em consideração a polarização do ambiente político brasileiro, qual a imagem pública da Justiça Eleitoral elaborada pelo Terça Livre e consumida pelo público-alvo desse site? Assim, o presente artigo problematiza como a imagem pública da Justiça Eleitoral vem sendo construída a partir da cobertura midiática de veículo de linha conservadora, levando em consideração a discussão acerca do voto impresso. Tal análise se faz pertinente levando em consideração que “a crise política brasileira coloca a Justiça em um ponto de saturação de sua exposição e isso se dá na medida em que o Judiciário se afirma como ator político, e não apenas como árbitro” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 222). A investigação foi empreendida a partir da narrativa engendrada pelas notícias veiculadas no site Terça Livre com o intuito de perceber como a imagem pública de um dos principais atores do debate público acerca do voto impresso foi sendo discursivamente elaborada para o público consumidor deste site.

O trabalho foi desenvolvido em cinco etapas: a relação entre mídia e política (1); a ideia de imagem pública (2); as questões metodológicas (3); a análise da materialidade das notícias sobre o objeto investigado (4); e as considerações finais (5). É importante registrar que tal análise foi empreendida em 2021, no bojo da realização do debate público acerca do voto impresso e da crise política agravada entre os poderes, sendo, portanto, uma investigação inicial e que não tem condições de inferir os desdobramentos que poderão advir nesse debate nas eleições presidenciais de 2022. Esse estudo é apenas um esforço inicial de análise que pode gerar inferências para pesquisas futuras acerca de tais circunstâncias.

Meios de comunicação e política

A política é um acontecimento de interesse público, cujas decisões influenciam diretamente a sociedade e, dessa maneira, é tema importante para a mídia⁵, que se constitui no campo onde os atos políticos se legitimam. Esses segmentos se retroalimentam, com os veículos de comunicação necessitando noticiar as ações do campo político para realizar a sua função de serviço público comprometido com o bem comum, bem como a política se fortalece ou se fragiliza perante a opinião pública a partir da leitura que a mídia faz sobre suas ações (LIMA, 2011).

No que concerne ao processo de enfraquecimento e descredibilização pública da política, estudiosos apontam que “seria a mídia, responsável por difundir uma imagem negativa dos agentes da esfera pública” (MIGUEL, 2008, p. 254). Isso ocorre por meio do processo de culpabilização do próprio sistema, em um conceito intitulado *system blame*, isto é, avaliação negativa do sistema democrático que o responsabiliza pela própria crise. Nos processos de ruptura democráticas, essa culpabilização tem mais peso causal do que as crises econômicas (SOUZA, 1988).

Essa influência da mídia no campo político advém de sua importância para o funcionamento da esfera pública, descrita por Habermas como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (Habermas, 1997, p. 92). Essa influência converge, por conseguinte, para a nomeação do poder e mediação social. Isso ocorre pelo fato de a mídia ser campo de reconhecimento no processo de formação social da realidade e, assim, fator fundamental para a normatização da sociabilidade e para a coesão social.

É por meio da opinião pública que se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político. Entretanto, longe de ser homogênea, ela é fragmentada pela diversidade dos grupos sociais que a compõem (...). Diante da diversidade dos grupos sociais, só podem haver opiniões diversas, mas as instâncias do mundo político e midiático dedicam-se a homogeneizá-las através de pesquisas estatísticas, de comentários, de declarações peremptórias (‘o povo está cansado dessa situação’), para melhor apropriar-se delas (CHARAUDEAU, 2016, p. 37).

⁵ Mídia é aqui entendida como “o conjunto de instituições que utiliza tecnologias específicas para ‘intermediar’ a comunicação humana” (LIMA, 2011, p. 152). Ela é o suporte organizacional que se apossa das noções de comunicação e informação, enquanto fenômenos sociais, para integrá-las em suas lógicas econômica, tecnológica e simbólica (CHARAUDEAU, 2013).

O jornalismo factual, inspirado na epistemologia positivista da objetividade com sua pretensa distinção de fato e opinião, considera o fato a própria essência da realidade, e não a interpretação ideológica dominante que pretende desautorizar a controvérsia interpretativa reivindicada pelos demais grupos sociais subalternizados. Sendo assim, denuncia Schudson (2010), se apresenta como a imparcialidade por excelência, quando, na verdade, se configura como a parcialidade mais insidiosa, ocultando as relações de poder e os privilégios das elites. Nesse jornalismo tradicional, os enquadramentos das notícias seguem um fluxo vertical: de cima - das fontes oficiais da estrutura de poder -, para baixo - do restante da sociedade.

Entretanto, o quase monopólio que os meios de comunicação tradicionalmente usufruíam vem sendo obrigado a dividir espaço com as redes sociais da internet, que possibilitaram a outras esferas da sociedade produzir e disseminar informações, favorecendo a entrada de novos atores no jogo e reformulando o papel da audiência (CRUZ *et al.*, 2019). O aumento do fluxo de conteúdo comunicacional produzido por diversos atores, por outro lado, coincide com o aumento da disseminação de notícias falsas, que elevou a crise de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais, desafiando-os com a exigência da instantaneidade na verificação das informações.

Com a ascensão dos *prodsumidores* (usuários consumidores e criadores de conteúdos) há um questionamento cada vez maior do papel dos jornalistas na elaboração de narrativas noticiosas. Essa crise de identidade soma-se a uma constante e gradual perda de credibilidade das mídias convencionais que, por assumir uma lógica mercantil acelerada, tem proporcionado o esvaziamento de seu poder investigativo (SOUZA, 2018, p. 58).

Essa crise de credibilidade é ampliada pelos ataques às instituições tradicionais de mídia, no bojo da ascensão ao poder de atores e propostas de governo de viés conservador, da polarização política e da crescente onda de desinformação, caracterizada pela disseminação de informações falsas de forma deliberada e, muitas vezes, espalhadas secretamente para obscurecer a verdade ou influenciar a opinião pública (STAHL, 2006; SERRANO, 2010; RODRIGUEZ, 2011). Quando se analisa o peso desse cenário negativo no campo político, fica evidente a ameaça que representa para o âmbito democrático, como pode ser verificado na discussão acerca do voto impresso.

A despeito da crise de credibilidade dos meios de comunicação tradicionais e o ganho de espaço da internet, sobretudo das redes sociais, como ambiente de informação, discussão e debate, não se pode

afirmar, no entanto, que a internet tenha desbancado definitivamente o poder da grande mídia no agendamento do debate público. O que acontece hoje é

um cenário comunicacional contemporâneo multifacetado, em que convivem e disputam espaço veículos tradicionais e nativos digitais. Esta conjuntura se destaca pela redefinição das linhas de poder anteriormente estabelecidas, em um processo no qual as elites tradicionais se adaptam e protegem parte da centralidade anterior, mas são desafiadas por atores emergentes, de aspectos disruptivos e ainda pouco estudados (SANTOS JÚNIOR; ALBUQUERQUE, 2019, p.10)

Diante desse cenário comunicacional híbrido, é pertinente se debruçar sobre mídias nativas digitais que se colocam como veículo alternativo às mídias tradicionais e que, em suas próprias definições, apresentam-se como produtoras de jornalismo e guardiães da verdade, como é o caso do Terça Livre, site aqui analisado. Isso porque, em uma conjuntura em que as elites política e midiática possuíam o controle de acesso dos meios de comunicação, passamos a ter um cenário diferente, com a entrada de novos atores nesse contexto com a popularização da internet (DAVIS, 2003).

Se faz necessário pontuar outro aspecto desse contexto, sobretudo no âmbito político e comunicacional: a pós-verdade. No ambiente “em que os fatos objetivos têm menos peso do que apelos emocionais ou crenças pessoais em formar a opinião pública” (OXFORD, 2016), eles acabam sendo importantes meios de veiculação e consumo de informações, sobretudo no cenário político: “Na discussão política, não se leva em conta a realidade, mas se escolhem ideias e se buscam os argumentos que melhor as defendam” (HANCOCK, 2016). Assim, é preciso considerar, entre outras coisas, a possibilidade de

o aumento da polarização política pode estar fazendo com que o público consumidor mais frequente de mídia noticiosa (o *heavy viewer*) esteja se tornando cada vez mais seletivo em relação aos veículos em função da coloração política e ideológica desses veículos (LYCARIÃO; MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018, p.05)

O crescimento e aparição de conteúdo gerado por sites fora do *mainstream*, aliado ao movimento de contorno da centralidade quase absoluta da grande mídia e a busca por plataformas que veiculem informações não necessariamente pautadas na verdade dos fatos, mas que atendam aos desejos e expectativas alinhadas às ideologias de seu público consumidor, dão a tais plataformas crescimento de audiência e, conseqüentemente, aumento da sua possibilidade de influência no debate público.

Esse aumento de audiência e de influência em um ambiente de polarização política como no Brasil, gera, conseqüentemente, a emergência de públicos radicalizados no cenário político-midiático do país (LYCARIÃO; MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018) disposto a consumir, sem ressalvas, o conteúdo veiculado por tais veículos. Sendo assim,

A internet, com sua proliferação de milhares de sites de notícias com pequenas redações politizadas, fez com que esse público mais interessado em política, mais seletivo em termos de canais e, agora, cada vez mais politicamente consistente tivesse à mão, ou a alguns cliques, a capacidade de encontrar uma mídia muito mais adequada a seu paladar, ou seja, menos centrista e mais partidária (LYCARIÃO; MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018, p.8).

Diante desses meios de comunicação mais partidários e com a mudança da abordagem midiática do campo político nas últimas décadas – caracterizada pela cobertura mais agressiva e certa perda da ideia de jornalismo com alto grau de neutralidade (LYCARIÃO; MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2018), é possível perceber maior predisposição de abordagem aguerrida tanto na cobertura de ações governamentais em si quanto dos outros atores do campo político, como as próprias instituições legislativas e, em determinado nível, nas do poder judiciário, sobretudo quando essas se tornam peças importantes do campo político, como é o caso do TSE no debate acerca do voto impresso.

Mídia e imagem pública

Uma das dimensões imbricadas entre os campos da mídia e da política se refere à política de imagem em relação à “prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e de instituições públicas” (GOMES, 2004, p. 242). A imagem pública é entendida por Noleto Filho (2014, p. 12) como “um conjunto multifacetado, dinâmico e um tanto volátil de fluxos de informação, opiniões e representações mentais e/ou articuladas [tornadas públicas]”.

E, mais ainda, a imagem pública significa imagens conceituais coletivas – ou representações sociais – que circulam na sociedade, na mídia, na cultura política, referenciadas principalmente à reputação, ao caráter, à competência e, comparativamente, ao status e ao prestígio social de pessoas e instituições, bem como à confiança e ao crédito que se lhes atribuem (NOLETO FILHO, 2014, p. 12)

Ela é, portanto, o “somatório de exercícios de aparência, representações, fé e um carisma mediatizado a partir de jogos de poder entre visibilidade e credibilidade” (WEBER, 2009, p. 16), privilegiando no âmbito político a teatralização, o carisma, o espetáculo e o simulacro (WEBER, 2009). Ela é a combinação de dois modos de representação: “a representação política, objetiva e tangível vinculada à eleição ou ao lugar institucional conquistado; a segunda é a representação simbólica, subjetiva e intangível porquanto vinculada aos modos de representar a representação [política] em lugares de visibilidade pública” (WEBER, 2009, p. 17).

Na política, a imagem pública funciona como um passaporte que possibilita a existência do ator político na contemporaneidade (RUBIM, 2000) e, como estratégia para aferir a vitalidade dos sujeitos políticos e das instituições, tem como base as disputas e os pactos estratégicos

em busca de credibilidade dependente tanto da ação política quanto da visibilidade pública e dos complexos processos coletivos de recepção e aferição individual. Trata-se de exigência formal a todos que pretendem exercer a representação pública, efetuar comunicação pública e receber apoio, votos, opiniões fundadas. Em jogo, interesses públicos e privados manobrados por sujeitos e instituições aos quais se outorga o dever da representação pública que deve ter comprovação visível (WEBER, 2009, p.16)

Weber pontua, ainda, que a imagem pública de um sujeito político ou uma instituição é formada por um processo contínuo de oferecimento e consumo de informações, “Porque todas as ações de comunicação, planejadas estrategicamente [...] chega-se de uma ‘imagem desejada’ (e real) à uma ‘imagem percebida’ (e real) individualmente, ou formulada pelas mídias e formadores de opinião (WEBER, 2009, p.21)

As imagens públicas de qualquer ator político se expressam e são avaliadas a partir da confiança dos sujeitos nos indivíduos e nas instituições, e estão presentes na mídia a partir da forma, do conteúdo e da frequência com que tais atores políticos são retratados por ela. Isso porque “a circulação midiática de imagens que competem, conflitam, convergem ou se complementam decorre de tentativas estratégicas de impor visões de mundo unilaterais ao conjunto da sociedade” (NOLETO FILHO, 2014, p. 13), por meio das quais se expressam os grupos ou instituições que desejam conquistar ou manter o apoio da opinião pública. Ademais, face à centralidade da mídia e das tecnologias de comunicação e informação, “não é suficiente o discurso das tribunas, os arranjos partidários e a execução de programas de governos em benefício da sociedade” (WEBER, 2009, p.16).

Os atores políticos estão sujeitos a terem sua imagem pública moldada cotidianamente pelos meios de comunicação, e essa configuração da política “sempre acontece em um campo de forças, no qual o protagonista, seus aliados e seus adversários disputam a cada instante a construção e a desconstrução das imagens públicas dos atores envolvidos no jogo político” (SILVA; MARQUES, 2009, p. 47).

Sobre esse campo de forças, Maria Helena Weber (2009) relaciona alguns aspectos que são inerentes a formação e a sustentação da imagem pública. São eles: (a) disputas e pactos restritos à política e aos partidos políticos - partidários, eleitorais, institucionais -; (b) da comunicação pública - propaganda, relações, eventos, protocolos -; (c) da comunicação midiática - meios de comunicação massiva e de repercussão pública -; e (d) da comunicação direta - relações, contatos e ações com públicos específicos. Em virtude da limitação de espaço neste artigo, vamos nos ater aqui aos itens (b) e (c) tendo em vista serem esses os aspectos mais diretamente relacionáveis a objetos institucionais, onde se enquadram os poderes da República, dentre eles o Judiciário e, portanto, o Tribunal Superior Eleitoral.

No que concerne às disputas e pactos relacionados à (b) comunicação pública, Weber (2009) pontua que é nesse aspecto que está a forma mais ampla de interferir na formação da imagem pública, com as poderosas máquinas de comunicação governamental, parlamentar e do judiciário propiciando investimento em estrutura e tecnologia para manter canais de informação - sites, rádio, canais de televisão, entre outros - veiculando conteúdo produzido por profissionais ligados a essas instâncias, além de disponibilizar, entre outras coisas, informações e imagens de fácil acesso e próprios para divulgação em outro meios. Além disso, Weber chama atenção para a capacidade dessa comunicação em produzir propagandas sobre temas que estão, direta ou indiretamente, relacionados à atuação dessas instituições e, assim, referendar a credibilidade e a visibilidade da mesma na esfera pública, fatores importantes para a imagem pública. A exemplo disso, o TSE produziu e veiculou, em 2021, sete campanhas⁶, das quais três tinham como objeto a segurança do processo eleitoral e das urnas eletrônicas, temas relacionados ao contexto do voto impresso: “Segurança do processo eleitoral”, veiculada entre maio e dezembro de 2021; “Urna eletrônica: é segura, é fácil de checar, é do Brasil”, veiculada entre agosto e dezembro de 2021; e “Urna Eletrônica e Democracia”, veiculada entre dezembro de 2021 e março de 2022.

⁶ As campanhas e suas respectivas peças estão disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/campanhas-publicitarias/apresentacao> Acesso 03 jul 2022.

Em relação às disputas e pactos da (c) da comunicação midiática, Weber (2009) aponta que eles se encontram nesse circuito de visibilidade e se configuram na estética, no formato, nos conteúdos e nas próprias mídias a partir da lógica midiática. É o espaço que vigia, critica e expõe ações e informações ligadas aos atores políticos, sejam eles pessoas, partidos ou instituições, e é esse ambiente que proporciona visibilidade e que fabrica a credibilidade.

A dimensão estética da lógica mediática intervém na política de modo decisivo, assim como a política é determinante para a programação [...] especialmente em telejornais e programas de cunho jornalístico [...]. Ao mesmo tempo, a política se impõe como matéria e acontecimento e, como tal, obriga o campo mediático a integrá-la à programação (WEBER, 2009, p.19).

Assim, o processo de produção da imagem pública no campo político é marcado por “uma tensão e uma competição entre os agentes do campo político e os agentes do campo jornalístico, com todas as vantagens para esses últimos pelo fato de controlarem a esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2004, p.63). Dessa maneira, é estratégico o papel dos meios de comunicação tanto em pautar o debate público como em conseguir influir na imagem pública dos atores políticos. Assim, para analisar a imagem pública do Tribunal Superior Eleitoral nas notícias veiculadas pelo site Terça Livre, se faz necessário analisar de que forma os textos relataram os diversos aspectos relacionados a essa Corte como ator político no âmbito do voto impresso, levando em consideração as características do veículo e o público para quem ele fala.

Sobre o corpus e as estratégias metodológicas

O Terça Livre foi⁷ uma plataforma midiática que se descreve como uma empresa de mídia com jornalismo “independente, apartidário, com linha editorial conservadora”⁸ e “se compromete a trazer ao público a verdade dos fatos que realmente interessam ao público”⁹. Apesar de exaltar o

⁷ O Terça Livre teve suas atividades encerradas em 22 de outubro de 2021, após a submissão desse artigo a revista. A finalização das atividades ocorreu em virtude de dois fatores: a suspensão da monetização da página, pelas plataformas digitais, em atendimento a determinação da Justiça Eleitoral, em virtude de disseminação de informações falsas sobre as eleições no Brasil; e a decisão do ministro Alexandre de Moraes pela prisão preventiva de Allan dos Santos e o bloqueio de suas contas bancárias e de suas empresas como parte do inquérito que investiga as milícias digitais. Um dia após essa decisão se tornar pública, o Terça Livre foi encerrado, tornando todo o conteúdo publicado, tanto no site como no canal do YouTube, indisponível. Até o momento da revisão deste artigo, em junho de 2022, a prisão de Allan dos Santos não foi efetuada e ele, que se mudou para os Estados Unidos, é considerado foragido pela justiça brasileira.

⁸ Disponível em <https://tercalivre.com.br/principios-editoriais/> Acesso em 19 jul 2021

⁹ Disponível em <https://tercalivre.com.br/quem-somos/> Acesso em 19 jul 2021

compromisso com a verdade, o site é acusado de disseminar notícias falsas em várias ocasiões, e um de seus fundadores, o blogueiro Allan dos Santos, é investigado pelo STF no inquérito que apura a existência de organização criminosa de propagação de notícias falsas e na investigação do financiamento de atos antidemocráticos¹⁰.

A plataforma de notícias aqui analisada possuía site, canal no YouTube e material em podcast. Diante da multiplicidade de formatos de conteúdo e a fim de averiguar a construção da imagem pública do TSE a partir da materialidade do discurso, a escolha metodológica desta pesquisa se deu a partir das notícias veiculadas em formato de texto no site <https://tercalivre.com.br/>. Face ao volume de conteúdo publicado diariamente na página, optou-se por um recorte temporal das notícias veiculadas no site no período de 1º de outubro de 2020 a 09 de agosto de 2021. A demarcação do período inicial em 2020 se deu em virtude da realização das eleições municipais. Como é no mês de outubro que o pleito ocorre¹¹, a escolha se justifica porque é quando o TSE está em evidência na mídia como importante ator político na agenda pública. O período final de análise foi fixado no dia anterior à votação da PEC do voto impresso pelo plenário da Câmara dos Deputados, com o intuito de abarcar a construção da imagem do TSE nessa discussão.

A opção pela análise da imagem do TSE a partir da discussão do voto impresso se justifica por ter sido essa uma das principais pautas da crise política entre os três poderes no ano de 2021 e por possibilitar maior presença midiática do Tribunal Superior Eleitoral, tendo em vista que, “na medida em que o Judiciário começa a ser mais demandado, seu desempenho em relação à prestação jurisdicional e seu papel político passam a ser questionados em uma agenda pública” (Albuquerque, 2018, p. 221).

Levando em consideração o objeto analisado, a pesquisa aqui empreendida tem uma perspectiva qualitativa, se debruçando sobre o formato e o sentido das informações a partir do que está posto na materialidade do discurso; e também quantitativa, visto que se utiliza da frequência das informações como subsídio para análise e interpretação do material. Assim, utilizamos como técnica a Análise de Conteúdo, tendo em vista que o seu objetivo “é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (Chizzotti, 2006, p. 98). Aqui, optamos pela análise de conteúdo à luz de Bardin (2011), que propõe três etapas para sua realização: 1) organização, na qual é feita a pré-análise do material; 2) codificação, com a exploração

¹⁰ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/justica-rejeita-denuncia-contrabolsonarista-allan-dos-santos-apos-acusacao-de-ameaca-a-barroso.shtml> Acesso em 24 ago 2021

¹¹ Em virtude da pandemia da covid-19, a eleição foi adiada e ocorreu nos dias 15 e 29 de novembro de 2020.

do material, com os dados sendo classificados e agregados em categorias; e 3) tratamento dos resultados, com a interpretação e as inferências.

No que concerne à etapa de organização da unidade amostral/*corpus*, as porções de conteúdo analisadas são as notícias veiculadas pelo site Terça Livre no endereço <https://tercalivre.com.br/>. A coleta das matérias foi feita em junho de 2021 a partir de pesquisa no site do Terça Livre utilizando como palavras de busca os termos “voto impresso”, “voto auditável”, “urna eletrônica”, “Luis Roberto Barroso”, “Tribunal Superior Eleitoral”, “eleição” e “TSE”. Após pré-análise realizada com leitura flutuante, foram considerados para efeito de análise e composição da unidade de análise ou codificação, isto é, o elemento unitário de conteúdo a ser classificado (Moraes, 1999), os textos que tiveram como tema o voto impresso, sistema eleitoral, eleições, urna eletrônica ou questões de contexto que incidem sobre a temática. Não são consideradas imagens nessa análise. Dessa maneira, após a triagem inicial, o corpus é composto por 61 matérias, cujas informações constam no quadro a seguir.

Quadro 1 – Notícias no site Terça Livre envolvendo o TSE no contexto do voto impresso, veiculadas entre 1º de outubro de 2020 e 09 de agosto de 2021

TÍTULO	DATA	LINK
Átila Iamarino é a estrela’ do ‘Ministério da Verdade’ do TSE	07/10/2020	https://tercalivre.com.br/atila-iamarino-e-a-estrela-do-ministerio-da-verdade-do-tse/
TSE estuda trocar urnas eletrônicas por voto no celular ou computador	16/10/2020	https://tercalivre.com.br/tse-estuda-trocar-urnas-eletronicas-por-voto-por-celular-ou-computador/
TSE nem deveria existir, diz especialista	19/11/2020	https://tercalivre.com.br/tse-nem-deveria-existir-diz-especialista/
Anonimamente, ministros do STF defendem que o TSE reaja ao voto auditável	11/05/2021	https://tercalivre.com.br/sem-se-identificarem-ministros-do-stf-defendem-que-o-tse-reaja-ao-voto-auditavel/
Em meio a questionamentos de segurança, ‘pai’ da urna eletrônica sai de cargo no TSE	13/05/21	https://tercalivre.com.br/em-meio-a-questionamentos-de-seguranca-pai-da-urna-eletronica-sai-de-cargo-no-tse/
Barroso lança campanha em defesa da urna eletrônica	15/05/2021	https://tercalivre.com.br/barroso-lanca-campanha-em-defesa-da-urna-eletronica/

TSE alega que não há tempo para implementar voto impresso até 2022	24/05/2021	https://tercalivre.com.br/tse-alega-que-nao-ha-tempo-para-implementar-voto-impresso-ate-2022/
Deputado Luiz Philippe propõe PEC que descentraliza poderes do TSE	04/06/2021	https://tercalivre.com.br/deputado-luiz-philippe-propoe-pec-que-descentraliza-poderes-do-tse/
Exclusivo: Ministro Barroso mostra não conhecer a urna eletrônica, analisa deputada Bia Kicis	10/06/2021	https://tercalivre.com.br/exclusivo-ministro-barroso-mostra-nao-conhecer-a-urna-eletronica-analisa-deputada-bia-kicis/
Barroso diz que TSE ‘tentará cumprir’ se Congresso aprovar voto impresso	10/06/2021	https://tercalivre.com.br/barroso-diz-que-tse-tentara-cumprir-se-congresso-aprovar-voto-impresso/
‘Grande desafio para 2022 é o Telegram’, diz secretária do TSE	14/06/2021	https://tercalivre.com.br/grande-desafio-para-2022-e-o-telegram-diz-secretaria-do-tse/
Em campanha contra voto impresso, Barroso conversa com políticos de Centro e da oposição	17/06/2021	https://tercalivre.com.br/em-campanha-contra-voto-impresso-barroso-conversa-com-politicos-de-centro-e-da-oposicao/
‘Ministro não pode fazer lobby para um determinado sistema eleitoral’, analisa Carlos Dias	21/06/2021	https://tercalivre.com.br/ministro-nao-pode-fazer-lobby-para-um-determinado-sistema-eleitoral-analisa-carlos-dias/
Relator dá parecer favorável à PEC do voto impresso, mas articulação do TSE adia votação	29/06/2021	https://tercalivre.com.br/relator-da-parecer-favoravel-a-pec-do-voto-impresso-mas-articulacao-do-tse-adia-votacao/
‘Interferência entre os Poderes compromete a democracia’, alerta Dep. Filipe Barros	01/07/2021	https://tercalivre.com.br/interferencia-entre-os-poderes-compromete-a-democracia-alerta-dep-filipe-barros/
‘Estamos sofrendo campanha e ataque do Judiciário’, afirma Bia Kicis	06/07/2021	https://tercalivre.com.br/estamos-sofrendo-campanha-e-ataque-do-judiciario-afirma-bia-kicis/
“Péssimo ministro”, diz Bolsonaro sobre Barroso	08/07/2021	https://tercalivre.com.br/pessimo-ministro-diz-bolsonaro-sobre-barroso/
Hacker que invadiu sistema do TSE, reafirma insegurança de sistema eleitoral brasileiro	17/07/2021	https://tercalivre.com.br/hacker-que-invadiu-sistema-do-tse-reafirma-inseguranca-de-sistema-eleitoral-brasileiro/
Voto impresso: Fachin fala em ‘pré-fascismo’	23/07/2021	https://tercalivre.com.br/voto-impresso-fachin-fala-em-pre-fascismo/

Servidores do TSE não poderão comparecer à audiência sobre voto impresso	24/07/2021	https://tercalivre.com.br/servidores-do-tse-nao-poderao-comparecer-a-audiencia-sobre-voto-impresso/
Barroso escala equipe para impedir questionamento sobre eleição	28/07/2021	https://tercalivre.com.br/barroso-escala-equipe-para-impedir-questionamento-sobre-eleicao/
TSE condenou por má-fé candidato que questionou urna eletrônica em 2006	29/07/2021	https://tercalivre.com.br/tse-condenou-por-ma-fe-candidato-que-questionou-urna-eletronica-em-2006/
Engenheiro que projetou urna eletrônica defende voto auditável	30/07/2021	https://tercalivre.com.br/engenheiro-que-projetou-urna-eletronica-defende-voto-auditavel/
‘Só Brasil, Butão e Bangladesh usam urnas eletrônicas de primeira geração em larga escala’, diz engenheiro Amílcar Brunazo	30/07/2021	https://tercalivre.com.br/so-brasil-butao-e-bangladesh-usam-urnas-eletronicas-de-primeira-geracao-em-larga-escala-diz-engenheiro-amilcar-brunazo/
Live de Bolsonaro fortalece movimento pelo voto impresso auditável	30/07/2021	https://tercalivre.com.br/live-de-bolsonaro-fortalece-movimento-pelo-voto-impresso-auditavel/
Técnicos do TSE não debatem publicamente com pessoas da área, diz engenheiro	31/07/2021	https://tercalivre.com.br/tecnicos-do-tse-nao-debatem-publicamente-com-pessoas-da-area-diz-engenheiro/
Lira diz que voto impresso auditável tem poucas chances de avançar e volta a falar de semipresidencialismo	31/07/2021	https://tercalivre.com.br/lira-diz-que-voto-impresso-auditavel-tem-poucas-chances-de-avancar-e-volta-a-falar-de-semipresidencialismo/
TSE precisa de voto em papel para mostrar que software é honesto, diz especialista Amílcar Brunazo	31/07/2021	https://tercalivre.com.br/tse-precisa-de-voto-em-papel-para-mostrar-que-software-e-honesto-diz-especialista-amilcar-brunazo/
TSE pode colocar acusações de fraude em inquérito das Fake News	31/07/2021	https://tercalivre.com.br/tse-pode-colocar-acusacoes-de-fraude-em-inquerito-das-fake-news/
Somente 23 pessoas testemunharam apuração dos votos em 2014	02/08/2021	https://tercalivre.com.br/somente-23-pessoas-testemunharam-apuracao-dos-votos-em-2014/
TSE pode aderir a fuso horário único para as eleições de 2022	02/08/2021	https://tercalivre.com.br/tse-pode-aderir-a-fuso-horario-unico-para-as-eleicoes-de-2022/

Menos de 30 deputados apoiam PEC para descentralizar o TSE	02/08/2021	https://tercalivre.com.br/menos-de-30-deputados-apoiam-pec-para-descentralizar-o-tse/
Ex-presidentes do TSE assinam nota contra o voto impresso	03/08/2021	https://tercalivre.com.br/ex-presidentes-do-tse-assinam-nota-contra-o-voto-impresso/
Barroso fala em ameaça à eleição e cita Venezuela	03/08/2021	https://tercalivre.com.br/luis-barroso-cita-venezuela-ao-falar-sobre-ameacas-na-eleicao/
TSE pede que STF investigue Bolsonaro por supostas fake news	03/08/2021	https://tercalivre.com.br/tse-pede-que-stf-investigue-bolsonaro-por-supostas-fake-news/
Relator da PEC do voto impresso questiona nota do TSE	03/08/2021	https://tercalivre.com.br/relator-da-pec-do-voto-impresso-questiona-nota-do-tse/
TSE abre investigação contra Bolsonaro	04/08/2021	https://tercalivre.com.br/tse-abre-investigacao-contra-bolsonaro/
Nunes Marques diz que voto auditável é ‘preocupação legítima’	04/08/2021	https://tercalivre.com.br/nunes-marques-diz-que-voto-auditavel-e-preocupacao-legitima/
Em nota, clubes militares defendem o voto auditável	04/08/2021	https://tercalivre.com.br/em-nota-clubes-militares-defendem-o-voto-auditavel/
Rejeição ao ministro Barroso cresce nas redes sociais	04/08/2021	https://tercalivre.com.br/rejeicao-ao-ministro-barroso-cresce-nas-redes-sociais/
Aziz sugere que Barroso chame hackers para comprovar que não é possível fraudar urna	04/08/2021	https://tercalivre.com.br/aziz-sugere-que-barroso-chame-hackers-para-comprovar-que-nao-e-possivel-fraudar-urna/
Ives Gandra comenta abertura de inquéritos pelo STF e fala em fragilização da democracia	04/08/2021	https://tercalivre.com.br/ives-gandra-comenta-abertura-de-inqueritos-pelo-stf-e-fala-em-fragilizacao-da-democracia/
Bolsonaro divulga inquérito da PF que revela invasão do sistema do TSE	05/08/2021	https://tercalivre.com.br/bolsonaro-divulga-inquerito-da-pf-que-revela-invasao-do-sistema-do-tse/
Arthur Lira diz que Justiça Eleitoral não deve legislar	05/08/21	https://tercalivre.com.br/arthur-lira-diz-que-justica-eleitoral-nao-deve-legislar/
Alexandre de Moraes inclui Bolsonaro em inquérito das fake news	05/08/2021	https://tercalivre.com.br/alexandre-de-moraes-inclui-bolsonaro-em-inquerito-das-fake-news/
Eduardo Bolsonaro apresentará denúncia na PF após informações expostas pelo presidente da República	05/08/2021	https://tercalivre.com.br/eduardo-bolsonaro-apresentara-denuncia-na-pf/

		apos-informacoes-expostas-pelo-presidente-da-republica/
'Nossos magistrados ultrapassaram seu limite', diz Mourão sobre voto auditável	05/08/2021	https://tercalivre.com.br/nossos-magistrados-ultrapassaram-seu-limite-diz-mourao-sobre-voto-auditavel/
Relator faz alteração na PEC do voto impresso auditável	05/08/2021	https://tercalivre.com.br/relator-faz-alteracao-na-pec-do-voto-impresso-auditavel/
Inquérito da PF mostra o tamanho da invasão ao sistema do TSE	05/08/21	https://tercalivre.com.br/inquerito-da-pf-mostra-o-tamanho-da-invasao-ao-sistema-do-tse/
Alexandre de Moraes convoca ministro da Justiça para prestar depoimento na PF	06/08/2021	https://tercalivre.com.br/alexandre-de-moraes-convoca-ministro-da-justica-para-prestar-depoimento-na-pf/
Comissão Especial da Câmara rejeita PEC do voto impresso	06/08/2021	https://tercalivre.com.br/comissao-especial-da-camara-rejeita-pec-do-voto-impresso/
Lira diz que voto impresso pode ser votado pelo Plenário da Câmara	06/08/2021	https://tercalivre.com.br/lira-diz-que-voto-impresso-pode-ser-votado-pelo-plenario-da-camara/
Bolsonaro diz que Moraes promove operações intimidatórias	06/08/2021	https://tercalivre.com.br/bolsonaro-diz-que-moraes-promove-operacoes-intimidatorias/
Luiz Fux cancela reunião entre chefes de poderes	06/08/2021	https://tercalivre.com.br/luiz-fux-cancela-reuniao-entre-chefes-de-poderes/
Tudo farei para garantir a nossa liberdade, diz Bolsonaro	07/08/2021	https://tercalivre.com.br/tudo-farei-para-garantir-a-nossa-liberdade-diz-bolsonaro/
Em pronunciamento, Lira confirma discussão do voto impresso em Plenário	07/08/2021	https://tercalivre.com.br/em-pronunciamento-lira-confirma-discussao-do-voto-impresso-em-plenario/
Barroso fala sobre debater semipresidencialismo	07/08/2021	https://tercalivre.com.br/barroso-fala-sobre-debater-semipresidencialismo/
Corregedor nega acesso de Bolsonaro a dados de inquérito	07/08/2021	https://tercalivre.com.br/corregedor-nega-acesso-de-bolsonaro-a-dados-de-inquerito/
PTB ingressa com pedido de impeachment de Barroso	07/08/2021	https://tercalivre.com.br/ptb-ingressa-com-pedido-de-impeachment-de-barroso/
Nunes Marques é eleito ministro substituto do TSE	07/08/2021	https://tercalivre.com.br/nunes-marques-e-eleito-ministro-substituto-do-tse/

PEC do voto impresso será votada no plenário da Câmara nesta terça-feira	09/08/2021	https://tercalivre.com.br/pec-do-voto-impresso-sera-votada-no-plenario-da-camara-nesta-terca-feira/
--	------------	---

Fonte: Elaboração própria

O trabalho de análise desse material é feito levando em consideração os textos completos, sobretudo nos seguintes aspectos:

- Personagens: buscando identificar quais os principais personagens das narrativas;
- Fontes de informação: que se atenta tanto às fontes diretas, falas com aspas, como as indiretas, buscando entender quem fala nas matérias;
- Caracterização destinada ao TSE e seus representantes: a forma como o tribunal e seus representantes são descritos e suas atividades relatadas;
- Relato das atividades desenvolvidas pelo órgão e seus representantes.

Após a exploração inicial do *corpus*, entramos na etapa de codificação, na qual nos debruçamos sobre o material coletado para analisá-lo e categorizá-lo. Levando em consideração os objetivos dessa pesquisa, os pontos acima elencados e os achados obtidos nessa análise, configuramos quatro categorias: (a) qualificação dos atores ligados ao TSE; (b) apresentação das declarações proferidas pelo TSE e atores ligados ao tribunal; (c) caracterização das funções/atividades do Tribunal; (d) desinformação relacionada ao TSE. Bardin (2011) propõe a categorização como instrumento que possibilita e facilita as interpretações e inferências acerca dos textos trabalhados. Ela refere-se à elaboração de dimensões de análise, entendidas como “rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos [...] sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (Bardin, 2011, p. 147).

“Os inimigos da liberdade do povo”: a imagem do TSE no site Terça Livre

Para analisar a imagem pública do TSE a partir das matérias veiculadas pelo Terça Livre na discussão acerca do voto impresso, faz-se necessário fazer alguns apontamentos iniciais acerca do posicionamento do site em relação ao tema. As análises empreendidas na elaboração de artigo sobre a

narrativa do Terça Livre sobre o voto impresso auditável¹², indicam que o site constrói narrativas favoráveis ao voto impresso, caracterizando-o como ferramenta essencial para a existência de eleições confiáveis, para o respeito à liberdade de decisão do povo e para a garantia da democracia. O site reafirma, sobretudo, a ideia de descredenciamento do atual sistema eleitoral baseado nas urnas eletrônicas e das instituições, e cria ambiência para possíveis narrativas de fraude das eleições presidenciais de 2022 caso o voto impresso não seja implantado. Entender o posicionamento do Terça Livre sobre o tema em que está inserido a análise da imagem pública do nosso objeto nos ajuda a empreender este estudo de forma mais coesa e a desenvolver a análise das categorias conectadas com o contexto.

Além disso, perceber as principais fontes e os personagens que mais apareceram nas matérias veiculadas acerca do voto impresso ajudam a entender as estratégias utilizadas na narrativa apresentada pelo Terça Livre sobre tal tema e, também, contribui para perceber aspectos ligados à imagem pública do TSE. Essas informações estão elencadas nas tabelas abaixo:

Tabela 1 – Fontes e personagens que mais se destacaram nas matérias sobre voto impresso no site Terça Livre

Principais fontes de informação que aparecem matérias	Nº de vezes em que é fonte
Tribunal Superior Eleitoral	04
Jair Bolsonaro	07
Ministro Luís Roberto Barroso	05
Pessoas ligadas ao TSE	02
Ministros ligados ao STF	03
Presidente da Câmara dos Deputados	04
Especialista favorável ao voto impresso	14
Jornalista/comentarista favorável ao voto impresso	07
Jornalista/comentarista com declarações negativas sobre TSE	10
Políticos favoráveis ao voto impresso	10

¹² Artigo a ser submetido à publicação em periódico científico.

Políticos com declarações negativas sobre o TSE	03
---	----

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Personagens que mais se destacaram nas matérias sobre voto impresso no site Terça Livre

Principais personagens das matérias	Nº de matérias em que é personagem
Tribunal Superior Eleitoral	28
Jair Bolsonaro	21
Ministro Luis Roberto Barroso	17
Pessoas ligadas ao TSE	13
Ministros do STF	13
Presidente da Câmara do Deputados	07
Políticos favoráveis ao voto impresso	14
Políticos com declarações negativas sobre TSE	02
Especialistas favoráveis ao voto impresso	04

Fonte: Elaboração própria.

Como exposto na tabela acima, as matérias que compõem o *corpus* têm como principais personagens a Justiça Eleitoral e o presidente Jair Bolsonaro, tendo em vista serem esses os personagens de destaque na narrativa acerca do voto impresso auditável, configurando a crise institucional entre os poderes que se agravou em virtude dessa pauta. Entretanto, o TSE, seus ministros e pessoas ligadas ao Tribunal não figuram como as principais fontes de informação. No tocante a esse aspecto, vale pontuar aqui que, mesmo quando há falas e informações referenciadas aos ministros da Justiça Eleitoral e funcionários ligados a esta, elas não são fornecidas diretamente ao Terça Livre, e sim coletadas ou em função de declarações públicas dessas pessoas ou a partir de entrevistas dadas a outros veículos. Em apenas uma matéria o site cita ter entrado em contato com o TSE para obter informações sobre determinado fato, e informa não ter recebido resposta.

Ainda no tocante às fontes e aos personagens, destacamos a escolha desses com falas favoráveis ao voto impresso e, em determinados textos, com opiniões negativas sobre o TSE. Não há a presença nem

de personagens e nem de fontes que façam o contraponto, expondo algum tipo de fala ou posicionamento a favor do tribunal e contra o voto impresso auditável. Esses apontamentos são significativos para analisar a imagem pública do TSE elaborada na narrativa do Terça Livre e, também, subsidiaram a interpretação das matérias que compõem o *corpus*, cuja análise e agrupamento em categorias relatamos a seguir.

No que concerne à categoria de qualificação dos atores ligados ao Tribunal Superior Eleitoral, há um processo de desqualificação deles em várias das matérias analisadas e sob diversas frentes. O principal deles está na figura do ministro Luis Roberto Barroso, então presidente do tribunal, e um dos principais personagens das matérias. Em texto veiculado no dia 10 de junho de 2021, com o título “Exclusivo: Ministro Barroso mostra não conhecer a urna eletrônica, analisa deputada Bia Kicis”, o site traz a seguinte afirmação da deputada:

Tudo que o ministro Barroso falou nesta quarta-feira (9) no Plenário da Câmara é exatamente tudo que ele tem repetido nesses vídeos que ele vem gravando em várias línguas. Inclusive, não tem nenhuma novidade, não trouxe nenhuma segurança, simplesmente ele desfiou aquele rosário que é baseado na informação que os técnicos do TSE trazem para os ministros. (...) O ministro repete isso como se fosse verdade, só que não é. Eu posso afirmar isso, declarou a presidente da CCJ (GALGANE, 2021d).

Assim, o ministro é desqualificado enquanto autoridade com condições de defender e garantir a qualidade do sistema de urnas eletrônicas. Por outro lado, Bia Kicis é descrita na matéria como alguém que estuda ativamente, “desde 2014, o sistema eleitoral brasileiro e a vulnerabilidade das urnas eletrônicas sem o voto impresso” (GALGANE, 2021d). Tal construção discursiva alça a deputada a conhecedora do tema, o que faz com que suas declarações ganhem um grau maior de credibilidade na narrativa.

A caracterização de forma negativa de atores ligados ao TSE também está presente em outras matérias, a exemplo do texto “Em campanha contra voto impresso, Barroso conversa com políticos do Centro e da oposição” (PIERI, 2021b), que argumenta que o ministro tem feito campanha midiática e vem promovendo articulação com líderes e presidentes de partidos para a não aprovação do voto impresso. Ao final, o texto apresenta avaliação de analista político que afirma que Barroso está interferindo no processo legislativo ao tentar convencer parlamentares a votar contra a PEC do voto impresso: “Qual é a arma que ele está usando para convencer esses parlamentares? Isso é gravíssimo! Ou seja, ele está interferindo no processo legislativo, comandando uma ação política para que uma PEC não seja

aprovada. Isso é extremamente grave, alertou” (Pieri, 2021b). Quatro dias depois, o site publicou outra matéria na qual afirma:

De acordo com Carlos Dias, a atitude do ministro é uma invasão de competência. “Estão fazendo pressão de lobby com relação aos parlamentares que vão votar a matéria, isso é uma coisa impossível. Isso é invasão de competência. Isso é um gabinete paralelo, isso é estar à margem da legislação. Isso é estar, inclusive, à margem do papel de ministro”, disse durante o Boletim da Manhã (PIERI, 2021d).

Em outra publicação veiculada no dia 29 de junho, a conversa entre Barroso e líderes políticos continua em pauta na fala da deputada Bia Kicis: “Fomos atropelados por essa ação pouquíssimo republicana de ministros do TSE, mas esperamos que os parlamentares se mantenham coerentes com a vontade, não só do Parlamento, mas do povo, que está na rua pedindo voto impresso auditável” (CARNEIRO, 2021). Essas construções narrativas empreendidas em várias matérias colocam os sujeitos ligados ao TSE, sobretudo seu presidente, como atores que agem à margem da lei, atuação essa caracterizada como ameaça à democracia, como consta nos títulos das matérias “‘Interferência entre os poderes compromete a democracia’, alerta Dep. Filipe Barros” (GALGANE, 2021e) e “‘Estamos sofrendo campanha e ataque do judiciário’, afirma Bia Kicis” (GALGANE, 2021c).

Essa colocação do TSE como agente político que vai de encontro à democracia e, conseqüentemente à vontade do povo, que, segundo as matérias veiculadas pelo Terça Livre, é a favor do voto impresso, também é acessada a partir da narrativa de que a população rejeita o discurso proferido pelo TSE acerca da segurança da urna eletrônica. Tal construção narrativa é quase sempre presente nas matérias a partir de afirmações de especialista, como nesse exemplo de fala de Bruno Dornelles, creditado como analista político: “‘Não é à toa que quando o TSE publicou esse vídeo do presidente do TSE falando das urnas eletrônicas, houve recorde de rejeição no YouTube, não deu para esconder’, finalizou o analista político” (GALGANE, 2021b). No que concerne a essa afirmação acerca do número de *dislikes* recebidos nos vídeos, é preciso pontuar a existência de campanha em massa por parte de bolsonaristas para avaliar de maneira negativa o conteúdo veiculado no YouTube, conforme noticiou o site Metrôpoles: “Bolsonaristas fazem campanha de *dislike* em vídeo do TSE sobre urna eletrônica” (PORTELA, 2021). Portanto, esse não seria um argumento baseado em uma reação orgânica, mas possivelmente engendrado de maneira proposital para basear o discurso de não aceitação por parte da população.

Quanto à apresentação das declarações e posicionamento do TSE, seus ministros e funcionários, é possível destacar um padrão na construção narrativa empreendida pelo Terça Livre: ao relatar tais declarações e posicionamentos, o veículo sempre termina as matérias com informações que rebatem os mesmos, seja no texto do repórter ou na fala de jornalistas convidados ou especialistas, como pode-se perceber nos exemplos a seguir.

Na matéria “Barroso lança campanha em defesa da urna eletrônica” (GALGANE, 2021b), o texto afirma que o ministro é contrário ao voto impresso, “(...) alegando suposto alto custo, risco da quebra do sigilo do voto e aumento da judicialização do resultado das eleições. O ministro alega ainda que seria “inútil” o voto impresso “relativamente ao discurso da fraude” (GALGANE, 2021b). A matéria, então, defende o voto impresso: “A proposta, no entanto, é crucial para trazer auditabilidade ao voto popular. Ou seja, a versão em papel serviria para se fazer a checagem posterior do resultado eleitoral, caso necessário, e, assim, o cidadão tem a certeza de que o voto foi computado conforme a sua escolha (GALGANE, 2021b). O texto é finalizado com palavras do comentarista Bruno Dornelles questionando a confiabilidade da urna eletrônica: ““Passadas as eleições, não se tem a possibilidade de auditar o sistema inteiro, porque o sistema é fechado e, ao mesmo tempo, não se tem a contraprova de uma cédula física. Isso é praticamente pedir um cheque em branco da sociedade” (GALGANE, 2021b).

Em outra matéria, intitulada “TSE alega que não há tempo para implementar voto impresso até 2022” (GALGANE, 2021g), ao relatar declaração do tribunal em entrevista dada à Folha de S. Paulo, o Terça Livre volta a defender o voto impresso citando declaração do analista político Carlos Dias:

Essa declaração de incompetência antecipada do TSE creio que nos dá tempo para mudar os seus quadros, então. Que essas pessoas renunciem e considerem-se incapazes de colocar em prática o voto impresso. Por tudo o que já se falou, audiências públicas que já se viu, uma série de opiniões técnicas, também fora do próprio ambiente do TSE, não se viu nenhuma complexidade excessiva, nenhum processo, por exemplo, no campo da administração pública de fazer licitação”, declarou o analista político (GALGANE, 2021g).

Essa mesma estratégia discursiva de finalizar os textos com contestações às declarações do TSE está presente na matéria ““Grande desafio para 2022 é o Telegram”, diz secretária do TSE” (PIERI, 2021a.), na qual relata que o órgão pretende ampliar ações contra desinformação na eleição de 2022. O assunto

foi tema do Boletim da Manhã do Terça Livre, produto em vídeo, comentado pelo jornalista Allan dos Santos:

Ainda de acordo com Allan, o que se quer proibir é a opinião que diverge de um grupo, de uma elite específica. “Essa opinião que eles querem omitir é para diminuir a amplitude do debate. Se o debate pode ir do ponto A ao ponto B em duas extremidades, eles querem que o debate vá apenas do ponto C, que está entre os dois até um dos lados. O nome disso é censura. Vindo do Estado ou não. Não é uma religião, mas eles atuam de um modo sectarista”, pontuou (PIERI, 2021a).

Ainda sobre declarações de ministros e funcionários do Tribunal Superior Eleitoral, destaca-se que são apresentadas nas matérias veiculadas pelo Terça Livre como repercussão de publicações de outros veículos de comunicação ou notas emitidas pelo TSE. O que chama atenção é que, em nenhum dos textos analisados, há menção de falas obtidas diretamente pelo site, o que sugere que não há entrevista ou apuração realizada pelo Terça Livre tendo como fonte representantes do tribunal.

No que concerne à categoria caracterização das funções e atividades do TSE, um dos achados da análise do *corpus* está no engendramento de narrativas a fim de questionar a centralidade do sistema eleitoral em um único órgão. O site veicula matéria com o deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP) que apresentara PEC para separar funções atualmente concentradas no Tribunal, criticando essa centralização:

Como o TSE é juiz de si próprio, ele também acaba não tomando as medidas que nós achamos que deveriam ser tomadas. Uma vez que você separa as funções de quem administra a eleição, quem faz a contagem e coleta dos votos e quem cria as regras do jogo (que seria o Congresso Nacional) e deixa o TSE somente como julgador do processo como um todo, a esperança é ao menos começar a dar um pouco mais de freio e contrapeso a esse poder (PIERI, 2021a)

A crítica à centralização do poder no TSE é o mote de outra matéria, intitulada “TSE nem deveria existir, diz especialista” (ROVERAN, 2020). No texto, especialista em pesquisas e cientista de dados coloca: “‘Eu não sei nem porque que existe isso’, afirmou, referindo-se à Corte Eleitoral. ‘Nós somos blindados e brindados com um presente que só existe no Brasil, que é uma Corte Eleitoral’, ironizou” (ROVERAN, 2020). Essa ideia de questionamento da necessidade de um órgão eleitoral também está presente em trecho de outra matéria: “‘O Brasil é o único país do mundo em que se tem uma autoridade eleitoral que administra as eleições’, lamentou o deputado, referindo-se ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)” (GALGANE, 2021e).

Outros achados da análise compreendem a categoria de desinformação relacionada ao TSE, a exemplo dos trechos que seguem a *live* do presidente Bolsonaro afirmando ter provas de fraudes no sistema eleitoral brasileiro, quando o Terça Livre intensificou a publicação de matérias sobre a temática. Em um dos textos, classificou como “fortes” os indícios apresentados pelo presidente e publicou o trecho: “Em diversos momentos, Bolsonaro destacou o fato de que as mesmas pessoas que soltaram o ex-presidente Lula e o tornaram novamente elegível são as que contarão os votos nas eleições” (GALGANE, 2021f). A informação, no entanto, é falsa: o TSE é composto por 12 ministros, dos quais cinco são provenientes do Supremo Tribunal Federal - órgão que julgou favorável o cumprimento de pena em segunda instância só após o esgotamento de todas as possibilidades de recurso, decisão que culminou com a soltura do ex-presidente Lula -, e outros sete são provenientes de outros órgãos. Além disso, dos cinco ministros do STF que ocupam cargo no TSE atualmente, quatro votaram a favor da prisão em segunda instância, isto é, contra a saída de Lula da prisão. Ao destacar esse trecho da fala de Bolsonaro na matéria sem fazer o devido alerta para a correção da informação, o site ajuda a mobilizar estratégias passionais relacionadas ao antipetismo e colabora com a indução da imagem do Tribunal Superior Eleitoral na narrativa como aliado ou favorável a soltura de Lula, principal rival político de Bolsonaro. Diante do acirramento político por que passa o Brasil agravado nas eleições de 2018, tal caracterização pretende debitar carga negativa na imagem pública do tribunal.

Também é encontrado exemplo nas matérias reforçando as alegações de fraude feitas por Bolsonaro, cuja efetividade foi refutada pelo TSE em suas redes sociais e por diversas sites e projetos de checagem. Entretanto, o Terça Livre, no dia seguinte à *live* e à reafirmação de informação falsa feita pelo Tribunal em sua conta no twitter, publicou matéria intitulada “‘Só Brasil, Butão e Bangladesh usam urnas eletrônicas de primeira geração em larga escala’, diz engenheiro Amílcar Brunazo” (BIANCHI, 2021). A matéria reforça o discurso proferido pelo presidente da República e desqualifica a caracterização de informação inverídica observada pelo TSE.

Ainda merece registro o uso da estratégia de manipulação de contexto, uma das ações características de desinformação, ao publicar matéria onde afirma que o presidente do TSE criou equipe “para impedir questionamentos sobre o processo eleitoral” (GALGANE, 2021a). Segundo o texto, “a medida visa impedir questionamentos sobre as eleições” (GALGANE, 2021a). Entretanto, a ação anunciada pelo

ministro Barroso tem como objetivo monitorar manifestações nas redes sociais que digam respeito à segurança do processo eleitoral a fim de desmentir notícias falsas¹³.

Considerações finais

Após análise das matérias, se faz necessário relatar apontamentos importantes relacionados à cobertura do site Terça Livre sobre o voto impresso e a elaboração da imagem pública do Tribunal Superior Eleitoral: o primeiro deles diz respeito a um dos ideais de cobertura jornalística, que é a apresentação de pontos de vistas diferentes sobre determinado assunto. Os textos analisados não apresentam o outro lado, não há pluralidade de vozes e nem presença de opiniões discordantes com a ideia defendida pelo site, isto é, a defesa do voto impresso.

Apesar de se descrever como uma empresa de jornalismo apartidário e comprometida em trazer ao público a verdade dos fatos, o Terça Livre desenvolveu uma produção discursiva partidarizada, por vezes utilizando de estratégias de desinformação e focada no fortalecimento da imagem do presidente Jair Bolsonaro, e, conseqüentemente, no enfraquecimento da imagem pública de seus “adversários”. Dessa maneira, empreendeu a narrativa sobre voto impresso calcada na ideia de guerra entre duas frentes consideradas opostas: de um lado, políticos e cidadãos descritos como os que prezam pela liberdade de escolha, pela democracia e pela lisura do processo eleitoral e que, portanto, são a favor do voto impresso auditável; e do outro, os atores políticos contrários ao voto impresso, caracterizados como forças que colocam a democracia e o futuro do país em risco. Neste segundo polo está colocado o Tribunal Superior Eleitoral, a partir da construção de um discurso passional, no qual a imagem pública do TSE é elaborada sob a ótica de inimigo.

Outra questão relacionada à imagem do tribunal diz respeito às repetidas matérias e questionamentos acerca da centralidade de poder na justiça eleitoral e da vulnerabilidade das urnas eletrônicas, com esse segundo tópico, muitas vezes, sendo explanado a partir de textos compostos por desinformação. Essas repetições, aliadas à desconstrução da imagem do ministro Luis Roberto Barroso, enquanto presidente do tribunal, e dos servidores ligados à instituição, colaboram para o questionamento do

¹³ Informação divulgada em matéria da CNN Brasil disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/07/27/barroso-escala-equipe-do-tse-para-desmentir-noticias-falsas-sobre-eleicoes> > Acesso em 02 ago 2021

papel do TSE enquanto autoridade com competência para realizar e gerir o processo eleitoral e que, portanto, estaria fora do escopo de instituição que garante o pleno exercício da democracia.

Esses pontos reforçam três apontamentos feitos por Maria Helena Weber (2009) no tocante à imagem pública. O primeiro deles é de que a dimensão midiática influencia na lógica política de forma decisiva: apesar das falas públicas dos diversos representantes da Justiça Eleitoral assegurando a confiabilidade da urna eletrônica e a segurança do processo eleitoral, e da inexistência de provas que atestem o contrário. A imagem pública do TSE elaborada pelo Terça Livre é constituída exclusivamente por aspectos negativos, descredibilizando o tribunal para a função de responsável pela organização da eleição e incitando o público leitor a desconfiança acerca da inviolabilidade das urnas e da competência do mesmo para garantir eleições limpas, agravando a crise política entre os poderes. O segundo ponto se refere à formação da imagem pública como processo contínuo e alternado de oferecimento de informações e indução de seu consumo, aqui evidenciado na constante publicação de matérias sobre o tema do voto impresso e a constante apresentação de ações e declarações de representantes do TSE de forma negativa, além do uso de estratégias de desinformação para criar desconfiança sobre a capacidade e a confiabilidade dos mesmos. E o terceiro ponto se refere a construção da imagem pública ligada à ideia de verdade, credibilidade e aparência: se o ator político em questão é relatado pela mídia de maneira a lhe conferir verdade e credibilidade, aparentando ser capaz, a imagem pública elaborada sobre esse tende a ser positiva; do contrário, como pontuado no decorrer desse estudo, a tendência é ter uma imagem negativa.

Vale ressaltar que, enquanto órgão do poder judiciário, a justiça eleitoral, personificada na imagem do TSE, é caracterizada pela mídia tradicional, de maneira geral, como promotora do direito do povo de escolher seus representantes. Em tempos de normalidade, sem crise de credibilidade, costuma figurar como ator midiático de forma mais presente a partir da realização das eleições com uma imagem pública de cunho positivo calcada na ideia de guardião da democracia. Entretanto, ao analisar a narrativa construída pelo site Terça Livre acerca do voto impresso, a imagem pública do Tribunal Superior Eleitoral sofre um deslocamento para o polo oposto. O leitor do site se depara com a imagem de uma justiça eleitoral considerada ineficiente, arbitrária, com poderes demais concentrados em si mesma e com ministros e servidores que trabalham contra a democracia. Na narrativa empreendida pelo site, o TSE deixa sua imagem pública de guardião da democracia e assume a de inimigo da liberdade do povo.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Grazielle. O Judiciário na crise política: os “recados” públicos do Supremo Tribunal Federal. *Revista Compolítica*, v.8, n.2, 2018, p. 207-232 Disponível em: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/204/213> Acesso em: 07 ago 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.

BIANCHI, Italo. “Só Brasil, Butão e Bangladesh usam urnas eletrônicas de primeira geração em larga escala”, diz engenheiro Amílcar Brunazo. *Terça Livre*, [s.l.], 30 jul 2021. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/so-brasil-butao-e-bangladesh-usam-urnas-eletronicas-de-primeira-geracao-em-larga-escala-diz-engenheiro-amilcar-brunazo/> Acesso em: 02 ago 2021.

CARDOSO, Laís; ROCHA, Heitor. Entre verdades e dissimulação: análise da narrativa sobre voto impresso nas notícias do site Terça Livre. In.: 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2022, João Pessoa. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2022. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0808202221452262f1ae22128f3-> Acesso em 02 . 2023.

CARNEIRO, Ezequiel. Relator dá parecer favorável à PEC do voto impresso, mas articulação do TSE adia votação. *Terça Livre*, [s.l.], 29 jun 2021. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/relator-da-parecer-favoravel-a-pec-do-voto-impresso-mas-articulacao-do-tse-adia-votacao/> Acesso em: 03 ago 2021.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: com o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CRUZ, Francisco *et al* (coord.). Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações. InternetLab, São Paulo, 2019. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2019/09/policy-infopol-26919_4.pdf Acesso em 07 fev 2023.

DAVIS, Aeron. Whither mass media and power? Evidence for a critical elite theory alternative. *Media, Culture & Society*. v.5, n.5, 2003, p. 669-690. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/01634437030255006> Acesso em: 03 jun 2022.

DISINFORMATION. In *MERRIAM-WEBSTER.COM Dictionary*. [s.l.] 03 ago 2021. Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/disinformation> Acesso em: 03 ago 2021.

GALGANE, Brehno. Barroso escala equipe para impedir questionamento sobre eleição. *Terça Livre*, [s.l.], 28 jul 2021a. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/barroso-escala-equipe-para-impedir-questionamento-sobre-eleicao/> Acesso em: 1º ago 2021.

GALGANE, Brehnno. Barroso lança campanha em defesa da urna eletrônica. *Terça Livre*, [s.l.], 15 mai 2021b. Disponível em <https://tercalivre.com.br/barroso-lanca-campanha-em-defesa-da-urna-eletronica/> Acesso 02 ago 2021.

GALGANE, Brehnno. “Estamos sofrendo campanha e ataque do judiciário”, afirma Bia Kicis. *Terça Livre*, [s.l.], 06 jul 2021c. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/estamos-sofrendo-campanha-e-ataque-do-judiciario-afirma-bia-kicis/> Acesso em: 01 ago 2021.

GALGANE, Brehnno. Exclusivo: Ministro Barroso mostra não conhecer a urna eletrônica, analisa deputada Bia Kicis. *Terça Livre*, [s.l.], 10 junho 2021d. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/exclusivo-ministro-barroso-mostra-nao-conhecer-a-urna-eletronica-analisa-deputada-bia-kicis/> Acesso em: 01 ago 2021.

GALGANE, Brehnno. “Interferência entre os poderes compromete a democracia, alerta Dep. Filipe Barros. *Terça Livre*, [s.l.], 01 jul 2021e. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/interferencia-entre-os-poderes-compromete-a-democracia-alerta-dep-filipe-barros/> Acesso em: 02 ago 2021.

GALGANE, Brehnno. Live de Bolsonaro fortalece movimento pelo voto impresso auditável. *Terça Livre*, [s.l.], 30 julho 2021f. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/live-de-bolsonaro-fortalece-movimento-pelo-voto-impresso-auditavel/> Acesso em: 30 jul 2021.

GALGANE, Brehnno. TSE alega que não há tempo para implementar voto impresso até 2022. *Terça Livre*, [s.l.], 24 maio 2021g. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/tse-alega-que-nao-ha-tempo-para-implementar-voto-impresso-ate-2022/> Acesso em: 30 jul 2021.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. v.2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HANCOCK, Jaime. Dicionário Oxford dedica sua palavra do ano, ‘pós-verdade’, a Trump e Brexit. *El País*. São Paulo, 17 nov 2016 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/16/internacional/1479308638_931299.html Acesso em: 24 set 2020.

LIMA, Venício. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

LYCARIÃO, Diógenes; MAGALHÃES, Eleonora; ALBUQUERQUE, Afonso. Noticiário “objetivo” em liquidação: a decadência do padrão “catch-all” na mídia comercial. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 1-19, maio, junho, julho e agosto de 2018: Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/28384/16624> Acesso em: 06 ago 2021

MELLO, Patrícia. *A máquina de ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MIGUEL, Luis. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 10, n.19, jan/jun 2008, p.250-273. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/jpvKf7yGTh86VtFQLRK8WyN/?lang=pt> Acesso em: 07 ago 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NOLETO FILHO, Pedro. *Mídia e política na imagem do Congresso*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/midia-e-politica-na-imagem-do-congresso> Acesso em: 23 ago 2021.

OXFORD LANGUAGES. Word of the year 2016. Londres, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/> Acesso em: 02 jun 2022.

PIERI, Bruna. Deputado Luiz Philippe propõe PEC que descentraliza poderes do TSE. *Terça Livre*, [s.l.], 04 jun 2021a. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/deputado-luiz-philippe-propoe-pec-que-descentraliza-poderes-do-tse/> Acesso em: 02 ago 2021.

PIERI, Bruna. Em campanha contra voto impresso, Barroso conversa com políticos de Centro e da oposição. *Terça Livre*, [s.l.], 17 jun 2021b. Disponível em? <https://tercalivre.com.br/em-campanha-contra-voto-impresso-barroso-conversa-com-politicos-de-centro-e-da-oposicao/> Acesso em: 03 ago 2021.

PIERI, Bruna. “Grande desafio para 2022 é o Telegram”, diz secretária do TSE. *Terça Livre*, [s.l.], 14 jun 2021c. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/grande-desafio-para-2022-e-o-telegram-diz-secretaria-do-tse/> Acesso em: 03 ago 2021.

PIERI, Bruna. Ministro não pode fazer lobby para um determinado sistema eleitoral’, analisa Carlos Dias. *Terça Livre*, [s.l.], 21 jun 2021d. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/relator-da-parecer-favoravel-a-pec-do-voto-impresso-mas-articulacao-do-tse-adia-votacao/> Acesso em: 03 ago 2021.

PORTELA, Júlia. Bolsonaroistas fazem campanha de dislike em vídeo do TSE sobre urna eletrônica. *Metrópoles*, Brasília, 30 jul 2021. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/bolsonaristas-fazem-campanha-de-dislike-em-video-do-tse-sobre-urna-eletronica> Acesso em: 1º ago 2021.

RECUERO, Raquel.; SOARES, Felipe.; GRUZD, Anatoliy. Hyperpartisanship, Disinformation and Political Conversations on Twitter: The Brazilian Presidential Election of 2018. *Anais da International AAAI Conference on Web and Social Media*, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 569-578, 2020. DOI: 10.1609/icwsm.v14i1.7324. Disponível em: <https://ojs.aaai.org/index.php/ICWSM/article/view/7324>. Acesso em: 05 fev 2023.

RODRÍGUEZ, Luis. La Desinformación en la Nueva Aldea Global. In: Estudios venezolanos de comunicación. Centro Gumilla, n159-160 (Extraordinario), 2012, p.52-55. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6025637> Acesso em: 03 out 2022.

ROVERAN, Ricardo. TSE nem deveria existir, diz especialista. *Terça Livre*, [s.l.], 19 nov 2020. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/tse-estuda-trocar-urnas-eletronicas-por-voto-por-celular-ou-computador/> Acesso em: 28 jul 20212.

RUBIM, Antônio. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker, 2000.

SANTINI, Rose Marie, *et al.* Do You Believe in Fake after All? WhatsApp Disinformation Campaign during the Brazilian 2018 Presidential Election. *In.*: LÓPEZ-GARCÍA, Guillermo, *et al* (org). *Politics of Disinformation: The Influence of Fake News on the Public Sphere*. Wiley, 2021, p.49-66. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781119743347.ch4>.

SANTINI, Rose Marie; SALLES, Débora; BARROS, Carlos. We love to hate George Soros: A cross-platform analysis of the Globalism conspiracy theory campaign in Brazil. *Convergence*, vol.28, n.4, 2022, p. 983–1006. <https://doi.org/10.1177/13548565221085833>.

SANTOS JUNIOR, Marcelo; ALBUQUERQUE, Afonso. Perda da hegemonia da imprensa - a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, v. 13, n. 3, 2019, p. 5–28. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/28668> Acesso em: 03 jun 2022.

SCHUDSON, Michael. *Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.

SERRANO, P. Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

SILVA, Célia; MARQUES, Ângela. Estratégias comunicativas para a (des)construção da imagem pública: a política de imagem no contexto de campanhas eleitorais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez. 2009, p. 45-63. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/7373/2009_silva_estrategias_comunicativas_imagem.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 22 ago. 2021.

SOUZA, Maria do Carmo. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. *In*: STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Rafael. *A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais*. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 41, núm. 2, Maio-Agosto, 2018, pp. 55-69. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/rGJZjZhrpPFHLnQQLN9CvXb/?format=pdf> Acesso em: 24 jul 2021.

STAHL, Bernd. On the Difference or Equality of Information, Misinformation, and Disinformation: A Critical Research Perspective. *In*: *Informing Science Journal*. Leicester, UK, v. 9, 2006. Disponível em: <http://inform.nu/Articles/Vol9/v9p083-096Stahl65.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2022.

WEBER, Maria. O estatuto da imagem pública na disputa política. *Revista Eco-Pós*, v.12, n.3, 2009, p.11-26. Disponível em https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/929 Acesso em: 02 jul 2022.

Sobre o(a) autor(a)

Laís Cristine Ferreira Cardoso é doutoranda em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde atualmente é servidora. Atua na área de comunicação, e presta consultoria de comunicação para organizações do terceiro setor que desenvolvem projetos de fortalecimento da cidadania e dos direitos humanos.

Heitor Costa Lima da Rocha é professor associado do departamento de Comunicação Social e do programa de pós-graduação em Comunicação da UFPE, integrando o grupo de pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade. Editor da revista eletrônica de difusão científica Jornalismo e Cidadania e coordenador do curso de pós-graduação *lato sensu* em Comunicação Política da UFPE.

Data de submissão: 17/09/2021

Data de aprovação: 31/03/2023